

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL O novo Minha Casa, Minha Vida precisa ser reconhecido (Artigo)	3
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Fazenda busca alternativa para projeto do devedor contumaz	4
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL Fundos de pensão têm déficit anual de R\$ 9,8 bi	6
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL EMPRÉSTIMO - APOSENTADOS	8
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO Lula retorna ao Brasil e deve sancionar Orçamento	10
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Retaliação não é a melhor estratégia, diz Armando Monteiro sobre taxaço de Trump	11
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA A carga tributária é recorde, mas nem assim há superávit primário - SERGIO LAMUCCI	14
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Haddad discute transição ecológica e reforma do G20 na França	16
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Mulheres convergem em temas como igualdade e segurança, diz pesquisa	17
O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Trump significa menos crescimento e mais inflação (Editorial)	19
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Brasil e EUA terão mais um contato antes de tarifaço	20
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA POLÍTICA Lula volta a Brasília sob expectativas de novas mudanças no seu ministério	22
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL ECONOMIA Reajuste para remédios sai hoje	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA "Estrangeiro já olha ações mais baratas no Brasil"	25

Segunda-Feira, 31 de Março de 2025

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Compensação tributária e inflação - HENRIQUE MEIRELLES..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Em meio a tarifas de Trump, UE defende acordo com Mercosul..... 27

O novo Minha Casa, Minha Vida precisa ser reconhecido (Artigo)

Jader Filho

Lançado em 2009 pelo presidente Lula, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi consagrado pelos brasileiros, especialmente aqueles incluídos entre os segmentos mais necessitados de nossa população, com baixa renda, moradores de rua ou de áreas de risco.

É natural que, ao longo de 15 anos, o programa tenha sido alterado e aperfeiçoado. Não deve mais ser visto como sinônimo de habitação distante dos centros urbanos. Com novo desenho legal, normativo e operacional desde 2023, os empreendimentos subsidiados não podem mais ser construídos em locais afastados e desprovidos de infraestrutura. A Lei 14.620/2023 e portarias ministeriais determinam que os imóveis sejam erguidos em áreas urbanas consolidadas, com acesso a transporte público, escolas, unidades de saúde, segurança e demais serviços essenciais.

E essa é a principal conquista do novo MCMV. Ele agora também está presente em áreas centrais das grandes cidades brasileiras. Ocupa espaços muitas vezes degradados -que se recomparam como novo empreendimento -e colabora no desenvolvimento de regiões. É importante ressaltar também que a maioria dos contratos é assinada por mulheres, que compõem a maior parcela de chefes de família no Brasil.

Os casos de entrega de moradias em locais afastados se referem a obras iniciadas em gestões anteriores que, por responsabilidade com o Erário e com as famílias beneficiadas, não poderiam ser abandonadas. Para obras em andamento, é feita uma gestão que garanta a qualidade e a segurança dos moradores. Dois exemplos: em São Luís (MA), exigimos que fosse instalado um batalhão de polícia; em Macapá (AP), cobramos a existência de uma linha de ônibus.

Iniciativas como o retrofit e parcerias públi-co-privadas urbanas também compõem o MCMV. Nas modalidades FAR e Entidades, são selecionados projetos que requalificam prédios em centros urbanos de diversas cidades brasileiras. Essa prática, em parceria com a União e seus imóveis, tende a aumentar a revitalização de prédios e centros urbanos.

No Rio, há três projetos de retrofit que foram

selecionados em Campo Grande, na Gamboa e no Centro. Em Manaus, o antigo prédio da **Receita Federal** está sendo transformado em moradia popular por meio de financiamento federal e cessão do imóvel pela Secretaria do Patrimônio da União. Novos editais vêm sendo lançados para ampliar essa frente, com foco também em populações em situação de rua e habitação no centro das cidades. Queremos incentivar cada vez mais essa modalidade.

O MCMV é hoje um conjunto de soluções habitacionais que respeita diferentes realidades sociais, econômicas e regionais. Contempla de beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que obtêm 100% de subsídio nos imóveis, a famílias com renda de até R\$ 8 mil, atendidas por meio de financiamentos com condições facilitadas.

O Ministério das Cidades não age apenas na produção de moradias novas. Apoia aquisição, requalificação, regularização fundiária e urbanização em áreas centrais e periféricas. Para as famílias que não dependem de subsídio integral, o MCMV oferece financiamento facilitado com uso do FGTS, descontos e juros reduzidos. É indispensável lembrar ainda que os desalojados do Rio Grande do Sul também são atendidos pelo MCMV.

Tem sido incentivada a participação de governos locais, movimentos sociais e entidades da sociedade civil na formulação e implementação de ações habitacionais. Uma política pública viva, com capacidade de resposta aos desafios da urbanização brasileira.

O Brasil tem um déficit habitacional estimado em 5,8 milhões de moradias. Mudar esse quadro exige esforço técnico, coordenação federativa e financiamento público e privado. É isso que o novo MCMV busca oferecer: um sistema habitacional inclusivo, diversificado e atento à qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Jader Filho

é ministro das Cidades

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazenda busca alternativa para projeto do devedor contumaz

**Gabriela Guido, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e
Jéssica Sant'Ana De Brasília**

Diante das dificuldades no avanço do projeto do chamado devedor contumaz na Câmara, o senador Efraim Filho (União Brasil- PB) e o Ministério da Fazenda acertaram destravar uma proposta que trata do mesmo assunto no Senado. Relator do texto, que cria o Código de Defesa do Contribuinte e a figura do devedor contumaz, Efraim disse ao Valor que apresentará um parecer que contemple alguns pontos da proposta enviada pelo governo à Câmara dos Deputados no ano passado.

A regulamentação do devedor contumaz é uma das prioridades econômicas do governo no Congresso e também considerada por setores empresariais como um instrumento importante para o combate ao crime organizado e à concorrência desleal.

Na quarta-feira (26), Efraim, líder da sigla no Senado, reuniu-se com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, e com o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, para tratar do assunto. "Meu compromisso é que o parecer estará pronto [nesta semana] para ser votado", afirmou o senador, acrescentando que o governo articularia com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), quando o projeto será colocado em pauta. Alcolumbre viajou na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão e ao Vietnã.

Integrantes da equipe econômica afirmaram, sob reserva, que aguardam o parecer de Efraim para uma posição final. Um dos pontos que teriam sido reforçados ao senador na semana passada é que a criação da figura jurídica do devedor contumaz na perspectiva da Fazenda visa, acima de tudo, o combate ao crime organizado.

O relator adiantou ao Valor que incluirá no parecer a sugestão da Fazenda de R\$ 15 milhões em sonegação de **tributos** ser o valor para uma empresa ser caracterizada como devedora contumaz.

Ele também destacou que estará contemplada no relatório a proposta do setor produtivo de uma diferenciação do que é inadimplência e contumácia.

"A gente trabalha para fazer da contumácia esse sentimento de que é uma empresa que nasce para praticar o crime", explica o relator. "A concepção dela já é baseada na fraude, na sonegação, sem patrimônio." Em um primeiro momento, o governo priorizava a tramitação do projeto que enviou à Câmara.

Durante a tramitação, o texto sofreu mudanças que integrantes da equipe econômica entenderam como uma desfiguração de itens que endureciam a fiscalização de devedores contumazes.

Ainda assim, houve uma tentativa de avançar com o texto no fim do ano passado, o que acabou não ocorrendo, porque outros temas eram considerados mais urgentes, como o pacote fiscal.

Além disso, os trabalhos foram paralisados em razão do impasse sobre as emendas parlamentares ao Orçamento.

Agora, a expectativa no governo é que o texto possa incluir instrumentos mais duros para o combate ao crime organizado, uma vez que as concessões feitas durante a tramitação na Câmara não viabilizaram a sua aprovação pelos deputados. Durante as negociações na Câmara, permitiu-se, por exemplo, que confederações empresariais pudessem vetar a inclusão de empresas e pessoas no rol de devedores contumazes, para evitar inclusões indevidas.

Diante da expectativa de que a proposição avance no Senado e seja encaminhada para a Câmara na sequência, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), já teria sinalizado a aliados que dará andamento à medida e não atuará para que ela tenha uma tramitação lenta.

A interlocutores, Danilo Forte (União Brasil -CE), que relata o texto na Câmara e deve ficar responsável pelo parecer da proposta que deve ser enviada pelo Senado, já indicou que deve fazer alguns ajustes no texto de Efraim para destacar mais as punições dos devedores contumazes.

"Esa matéria já está atrasada. O crime organizado está dentro das empresas e a gente precisa dar uma resposta para isso o mais rápido possível. Quanto mais rápido avançarmos, melhor será para o país e

para o empresariado", avaliou Forte ao Valor.

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188153?page=1
§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x100
00000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188153?page=1§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x1000000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end)***

Fundos de pensão têm déficit anual de R\$ 9,8 bi

Edna Simão e Jéssica Sant"Ana De Brasília

Os fundos de **previdência complementar** fechada, mais conhecidos como fundos de pensão, tiveram déficit acumulado de R\$ 9,8 bilhões em 2024, reflexo de um ano ruim para os investimentos dos portfólios das entidades, devido às oscilações do mercado, de acordo com dados da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) antecipados ao Valor.

Por outro lado, as contribuições - a arrecadação dos planos - cresceram 5,28% na comparação com o ano anterior.

Em dezembro do ano passado, o regime de **previdência complementar** fechada contava com 1,2 mil planos, sendo 1.172 de benefícios previdenciários e 28 assistenciais.

Esses planos eram administrados por 270 entidades fechadas de **previdência complementar**.

A rentabilidade média anual dos regimes foi de 6,10%, sendo que os planos com benefício definido (modalidade que concentra a maior parte dos recursos do regime) foi de 5,69%. Já os planos com contribuição definida e contribuição variável alcançaram retornos de 7,01% e 6,32%, respectivamente.

Ricardo Pena, diretor-superintendente da Previc, destaca que, apesar do déficit atuarial registrado em 2024, não há nenhuma anomalia no setor. "O setor paga mensalmente os benefícios, corrigidos, sem nenhum problema.

O déficit é momentâneo, não há nenhuma anomalia no setor." Ele lembra que o resultado é consolidado, considerando dados de todos os 1,2 mil planos, sendo que parte das entidades teve superávit, e parte, déficit. "O déficit é permitido, está na Lei Complementar 109. Então, não existe nenhuma ilegalidade em em renda fixa, em especial em títulos de longo prazo do Tesouro Nacional, como as NTN-Bs, que sofreram com a marcação a mercado no ano passado.

"Nós entendemos que é absolutamente normal variações de mercado e os seus efeitos sobre o plano de previdência. Se tivesse alguma anormalidade, a

Previc já estaria atuando", disse Pena. Ele afirmou que não há problema de liquidez, ou seja, para pagar os benefícios das pessoas que contribuem aos fundos de pensão.

O diretor-presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), Devanir Silva, avalia que o déficit agregado do sistema em 2024 foi "atípico" e "conjuntural" e que deve ser revertido ao longo deste ano. "É um déficit conjuntural e minha expectativa é recuperar isso rapidamente", afirmou ao Valor.

Segundo ele, em 2024 os mercados sofreram com a questão geopolítica. "O sistema não tem problema estrutural", disse, complementando que, para um patrimônio de R\$ 1,3 trilhão do sistema, um déficit de quase R\$ 10 bilhões não é expressivo conjuntamente.

Silva acrescentou que os fundos de pensão, que investem com foco no longo prazo, já estão se reposicionando para títulos públicos.

"Esse déficit não preocupa. O sistema é robusto", ressaltou. Ele lembrou ainda que, nos últimos 20 anos, o setor registrou situações de déficit, citando 2021 e 2022 por conta do impacto da pandemia e, em 2015 e 2016, devido à crise econômica no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

O resultado negativo das entidades fechadas de previdência ganhou ainda mais evidência neste ano após a divulgação do déficit de R\$ 17,66 bilhões no Plano 1 do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) em 2024, o que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a dar início a uma auditoria no fundo. Na semana passada, o tribunal também publicou instrução normativa com novos critérios para fiscalização nos fundos de pensão de empresas estatais.

Pena diz que há uma preocupação na superintendência para que não haja sobreposição entre o trabalho feito pela Previc com o do TCU. Há a possibilidade de que as duas instituições fechem um acordo de cooperação técnica para tirar eventuais sombreamentos nesse acompanhamento.

"A preocupação do TCU é com o dinheiro público. Eles

não vão fiscalizar as 270 entidades. Hoje, são 27 entidades que têm o dinheiro das estatais federais. Nossa atuação aqui [na Previc] é mais em garantir a higidez e a solvência dos planos", disse Pena.

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188153?page=1
§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x100
00000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188153?page=1§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x10000000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end)***

EMPRÉSTIMO - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

"Apertou o orçamento? O juro está alto? Pega o empréstimo do Lula". Esta é a recomendação da ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, incentivando trabalhadores e trabalhadoras do setor privado a aceitar o empréstimo consignado oferecido pelo governo, fortalecendo ainda mais o endividamento de quem já está comprometido com outros compromissos. Não bastou o que está acontecendo com aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), endividados e sem saída de problemas ocasionados por aceitar o empréstimo consignado criado em 2004 que, ao invés de favorecer, criou mais dificuldades, causando dissabores desajustes financeiros e até desespero.

GARANTIA

A garantia do desconto está com a sua efetivação na folha de pagamento. Não existe maior ou melhor garantia do que o desconto no contracheque para beneficiar as instituições financeiras. E mais: no caso presente do empréstimo consignado aos trabalhadores e trabalhadoras do setor privado, ainda tem o aval do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), reserva financeira disponível ao empregado quando se retira do mercado de trabalho e aplicação na aquisição de casa própria. As facilidades para entrada no programa são muitas, parecendo-nos que o endividamento da classe trabalhadora é imperativa e a solução para o crescimento econômico e circulação de mais recursos financeiros no mercado.

ANALISE

O Tribunal de Contas da União (TCU) está determinando que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), execute uma série de providências para a melhoria na análise dos pedidos de benefícios previdenciários devido à grande incidência de indeferimentos apontados pelo programa de Supervisão Técnica de Benefícios (Supertec). Oportuna, igualmente, seria uma auditoria na conta **Seguridade Social**, cujos recursos financeiros têm sido utilizados em outros programas governamentais não identificados nas rubricas de saúde, de assistência social e de **previdência social**, contrariando dispositivo da Constituição da

República Federativa do Brasil de 1988.

REIVINDICAÇÃO

Não podemos deixar de lado a reivindicação dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), constante do Projeto de Lei nº 4434/2008, pertinente à atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões, defasados desde setembro de 1991, quando houve a desvinculação do reajuste anual vinculado ao mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo no governo Fernando Collor de Mello. O PL encontra-se na Câmara dos Deputados há 16 anos, aguardando solução, mesmo já tendo sido aprovado, por unanimidade, no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da própria Câmara dos Deputados.

AMBIENTE

Aposentados, pensionistas, pessoas idosas e toda a sociedade aplaudem a iniciativa do Projeto de Lei nº 4820/24, que tem por objetivo reforçar a educação ambiental nas escolas, considerando como essencial para a formação de cidadãos e cidadãs brasileiros mais conscientes ao meio ambiente. Vejamos a afirmação do autor do PL: "a educação ambiental é uma ferramenta essencial para formação de cidadãos mais conscientes, capazes de compreender a importância da preservação ambiental e de adotar práticas sustentáveis no dia a dia". O PL reforça a obrigatoriedade da inclusão de forma transversal, integrada nos currículos de educação básica da rede pública e privada de ensino.

PETRÓLEO

Repetimos: a exploração de petróleo na Margem Equatorial não pode mais ser procrastinada. Aposentados, ex-empregados da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), estão convencidos desde o início da discussão que não haverá risco ao meio ambiente. A empresa em que trabalharam, em mais de sete décadas, em nenhuma ocasião desrespeitou regras ou causou risco ambiental. Eis o motivo de reivindicar dos governantes a exploração na Margem Equatorial, beneficiando o Brasil e particularmente as regiões Norte e Nordeste.

EDUCAÇÃO

"A educação deve possibilitar ao corpo e à alma toda perfeição e beleza que se pode ter" (Platão).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-3103202506%20-%200a733e0fe94c1108ee83665cdef54b0a.pdf

Lula retorna ao Brasil e deve sancionar Orçamento

Após o retorno da viagem oficial à Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve sancionar nos próximos dias o Orçamento de 2025. O texto foi aprovado pelo Congresso e encaminhado ao Palácio do Planalto na última quarta-feira. O prazo oficial estipulado para sanção é de 15 dias a partir da chegada do texto à Casa Civil. No entanto, a expectativa é de que a liberação se dê antes disso.

O chefe do Executivo desembarcou em Brasília, na noite deste domingo, depois de passar por Japão e Vietnã para discutir parcerias comerciais e tentar incluir a carne brasileira na lista de produtos comprados pelos japoneses.

Com três meses de atraso, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deveria ter sido votada no fim do ano passado, conforme determina a Constituição. Entretanto, diante de impasses relacionados à transparência das emendas parlamentares, a votação foi adiada para este ano.

Sem a LOA aprovada, o Executivo conta mensalmente apenas com 1/12 avos da quantia que tem para custear a máquina pública. A peça orçamentária vai destravar, entre outros pontos, o reajuste de 9% para os **servidores públicos** federais, o novo Concurso Nacional Unificado (CNU), além do empenho de novas emendas parlamentares.

Na sanção, o presidente poderá vetar trechos do texto, que ainda passarão pela análise do Congresso, que pode mantê-los ou derrubá-los. Após a sanção, o governo terá 30 dias para publicar o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF). (RG)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7155/31-03-2025.html?all=1>

Retaliação não é a melhor estratégia, diz Armando Monteiro sobre taxaço de Trump

Fernanda Strickland +

Uma eventual retaliação das tarifas sobre importações impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil é arriscada e pode não ser a melhor maneira de lidar com a guerra comercial. É o que afirmou o conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro.

Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu à guerra tarifária e afirmou que considera tarifas recíprocas. Não podemos ficar parados, acreditando que só eles têm razão e que só eles podem taxar outros produtos, sinalizou o petista.

Entretanto, Monteiro avalia que a solução pode estar na negociação de cotas para manter o equilíbrio comercial. A alternativa para minimizar esses impactos seria negociar cotas de exportação com os EUA, garantindo que o Brasil continue fornecendo aço sem ser excessivamente tributado, destacou em entrevista ao Correio.

As tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio do Brasil entram em vigor nesta quarta-feira, data definida por Trump como Dia da Libertação dos EUA. O Brasil exporta cerca de 4,5 milhões de toneladas de aço para o país, das quais a maior parte é de produtos semiacabados, fundamentais para a indústria siderúrgica americana.

Monteiro alerta que a postura protecionista representa um retrocesso econômico, que pode prejudicar até mesmo a própria indústria americana, que depende da importação de produtos semiacabados do Brasil para abastecer sua cadeia produtiva.

Ele avalia, ainda, que uma eventual pressão interna por parte do setor privado pode reverter a imposição de tarifas. Atual presidente do Conselho Temático de Assuntos Tributário e Fiscal (CONTRIF), Monteiro também presidiu a CNI por duas gestões, foi senador e ministro da Indústria e Comércio no governo de Dilma Rousseff. Confira os principais trechos da entrevista.

A postura adotada por Donald Trump representa um retrocesso econômico significativo. Ele resgata uma abordagem neomercantilista que está ultrapassada no mundo moderno. É como se a gente estivesse

voltando ao começo do século XIX. A economia americana se tornou uma potência ao longo do tempo porque conseguiu estabelecer relações de complementaridade produtiva com outros países, permitindo um fluxo de comércio benéfico para todas as partes envolvidas. Ao adotar medidas protecionistas, ele nega essa história de crescimento e cooperação econômica. Além disso, essas medidas podem prejudicar até mesmo os Estados Unidos, pois afetam suas relações comerciais com aliados estratégicos como México e Canadá. O protecionismo pode levar a uma desaceleração do comércio internacional, que é um dos principais motores do crescimento econômico global. No final, o impacto pode ser negativo tanto para os EUA quanto para seus parceiros comerciais.

O Brasil exporta aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de aço para os Estados Unidos, sendo que a maior parte desse volume corresponde a produtos semiacabados. Esses produtos são essenciais para a indústria siderúrgica americana, pois servem como base para a produção de aço finalizado. Ou seja, as siderúrgicas americanas dependem do que importam do Brasil para manter sua produção ativa. Se o governo dos EUA impuser tarifas sobre essas importações, isso pode prejudicar tanto o Brasil quanto a própria indústria americana. Além disso, o Brasil é um dos principais compradores de carvão metalúrgico dos EUA, com importações superiores a um bilhão de dólares. Ou seja, a relação comercial entre os dois países é interdependente. Se houver sanções, pode haver prejuízos de ambos os lados. A alternativa para minimizar esses impactos seria negociar cotas de exportação com os EUA, garantindo que o Brasil continue fornecendo aço sem ser excessivamente tributado. Retaliação, por outro lado, não seria o caminho mais viável, pois não temos a mesma capacidade de imposição econômica dos EUA.

Não creio que a retaliação seja a melhor estratégia. Não temos o mesmo peso econômico dos Estados Unidos para adotarmos medidas de igual impacto. O melhor caminho é manter canais diplomáticos abertos e buscar uma solução negociada. O México, por exemplo, que tem uma dependência comercial muito maior dos EUA, tem adotado uma postura mais pragmática e cautelosa. O Brasil precisa reforçar o diálogo com o governo americano e demonstrar a interdependência comercial entre os dois países. Se

houver uma maior pressão interna nos EUA, especialmente por parte do empresariado americano, é possível que essas medidas sejam revistas.

Ainda estamos atrasados em relação a outros países, mas avanços estão sendo feitos. A Nova Indústria Brasil (NIB) tem um foco claro na digitalização e modernização do setor industrial. Hoje, a adoção de novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial, é essencial para melhorar a eficiência produtiva e aumentar a competitividade das empresas brasileiras. O governo, através do BNDES, tem oferecido financiamento para ajudar as empresas a investirem em tecnologia e capacitação da mão de obra. No entanto, é fundamental que o setor privado também participe ativamente desse processo. O Brasil precisa acelerar o ritmo de modernização industrial para não perder ainda mais espaço no mercado global.

A **reforma tributária** é essencial para recuperar a competitividade da indústria nacional. O atual sistema penaliza a produção brasileira, tornando mais barato importar bens do que fabricá-los aqui. Com a reforma, a carga tributária sobre a indústria será reduzida, tornando os produtos nacionais mais competitivos. Além disso, a reforma irá desonerar as exportações, eliminando os resíduos tributários que encarecem os produtos brasileiros no exterior. Outra vantagem é a desoneração dos investimentos, permitindo que empresas adquiram equipamentos de nova geração com custos menores. Isso contribuirá para a modernização do parque industrial brasileiro e estimulará novos investimentos no setor.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Uma eventual retaliação das tarifas sobre importações impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil é arriscada e pode não ser a melhor maneira de lidar com a guerra comercial. É o que afirmou o conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro.

Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu à guerra tarifária e afirmou que considera tarifas recíprocas. Não podemos ficar parados, acreditando que só eles têm razão e que só eles podem taxar outros produtos, sinalizou o petista.

Entretanto, Monteiro avalia que a solução pode estar na negociação de cotas para manter o equilíbrio comercial. A alternativa para minimizar esses impactos seria negociar cotas de exportação com os EUA, garantindo que o Brasil continue fornecendo aço sem ser excessivamente tributado, destacou em entrevista ao Correio.

As tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio do Brasil entram em vigor nesta quarta-feira, data definida por Trump como Dia da Libertação dos EUA. O Brasil exporta cerca de 4,5 milhões de toneladas de aço para o país, das quais a maior parte é de produtos semiacabados, fundamentais para a indústria siderúrgica americana.

Monteiro alerta que a postura protecionista representa um retrocesso econômico, que pode prejudicar até mesmo a própria indústria americana, que depende da importação de produtos semiacabados do Brasil para abastecer sua cadeia produtiva.

Ele avalia, ainda, que uma eventual pressão interna por parte do setor privado pode reverter a imposição de tarifas. Atual presidente do Conselho Temático de Assuntos Tributário e Fiscal (CONTRIF), Monteiro também presidiu a CNI por duas gestões, foi senador e ministro da Indústria e Comércio no governo de Dilma Rousseff. Confira os principais trechos da entrevista.

A postura adotada por Donald Trump representa um retrocesso econômico significativo. Ele resgata uma abordagem neomercantilista que está ultrapassada no mundo moderno. É como se a gente estivesse voltando ao começo do século XIX. A economia americana se tornou uma potência ao longo do tempo porque conseguiu estabelecer relações de complementaridade produtiva com outros países, permitindo um fluxo de comércio benéfico para todas as partes envolvidas. Ao adotar medidas protecionistas, ele nega essa história de crescimento e cooperação econômica. Além disso, essas medidas podem prejudicar até mesmo os Estados Unidos, pois afetam suas relações comerciais com aliados estratégicos como México e Canadá. O protecionismo pode levar a uma desaceleração do comércio internacional, que é um dos principais motores do crescimento econômico global. No final, o impacto pode ser negativo tanto para os EUA quanto para seus parceiros comerciais.

O Brasil exporta aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de aço para os Estados Unidos, sendo que a maior parte desse volume corresponde a produtos semiacabados. Esses produtos são essenciais para a indústria siderúrgica americana, pois servem como base para a produção de aço finalizado. Ou seja, as siderúrgicas americanas dependem do que importam do Brasil para manter sua produção ativa. Se o governo dos EUA impuser tarifas sobre essas importações, isso pode prejudicar tanto o Brasil quanto a própria indústria americana. Além disso, o Brasil é um dos principais compradores de carvão metalúrgico dos EUA, com importações superiores a um bilhão de dólares. Ou seja, a relação comercial entre os dois

países é interdependente. Se houver sanções, pode haver prejuízos de ambos os lados. A alternativa para minimizar esses impactos seria negociar cotas de exportação com os EUA, garantindo que o Brasil continue fornecendo aço sem ser excessivamente tributado. Retaliação, por outro lado, não seria o caminho mais viável, pois não temos a mesma capacidade de imposição econômica dos EUA.

/7097636-retaliacao-nao-e-a-melhor-estrategia-diz-armando-monteiro-sobre-taxacao-de-trump.html

Não creio que a retaliação seja a melhor estratégia. Não temos o mesmo peso econômico dos Estados Unidos para adotarmos medidas de igual impacto. O melhor caminho é manter canais diplomáticos abertos e buscar uma solução negociada. O México, por exemplo, que tem uma dependência comercial muito maior dos EUA, tem adotado uma postura mais pragmática e cautelosa. O Brasil precisa reforçar o diálogo com o governo americano e demonstrar a interdependência comercial entre os dois países. Se houver uma maior pressão interna nos EUA, especialmente por parte do empresariado americano, é possível que essas medidas sejam revistas.

Ainda estamos atrasados em relação a outros países, mas avanços estão sendo feitos. A Nova Indústria Brasil (NIB) tem um foco claro na digitalização e modernização do setor industrial. Hoje, a adoção de novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial, é essencial para melhorar a eficiência produtiva e aumentar a competitividade das empresas brasileiras. O governo, através do BNDES, tem oferecido financiamento para ajudar as empresas a investirem em tecnologia e capacitação da mão de obra. No entanto, é fundamental que o setor privado também participe ativamente desse processo. O Brasil precisa acelerar o ritmo de modernização industrial para não perder ainda mais espaço no mercado global.

A **reforma tributária** é essencial para recuperar a competitividade da indústria nacional. O atual sistema penaliza a produção brasileira, tornando mais barato importar bens do que fabricá-los aqui. Com a reforma, a carga tributária sobre a indústria será reduzida, tornando os produtos nacionais mais competitivos. Além disso, a reforma irá desonerar as exportações, eliminando os resíduos tributários que encarecem os produtos brasileiros no exterior. Outra vantagem é a desoneração dos investimentos, permitindo que empresas adquiram equipamentos de nova geração com custos menores. Isso contribuirá para a modernização do parque industrial brasileiro e estimulará novos investimentos no setor.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/03>

A carga tributária é recorde, mas nem assim há superávit primário - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

A carga tributária bruta brasileira ficou em 32,3% do **PIB** em 2024, o nível mais alto da série iniciada em 2010. Divulgados na sexta-feira pelo Tesouro, os números englobam a arrecadação da União, Estados e municípios, seguindo o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Chama a atenção que o país não gera superávit primário (exclui gastos com juros) nem mesmo com a carga tributária superando picos anteriores, como aponta o economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero. É mais um sinal de que conter o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias é o problema incontornável das contas públicas brasileiras.

O consenso dos economistas do Boletim Focus do Banco Central (BC) é de um déficit primário de 0,6% do **PIB** neste ano, que será zerado apenas em 2029. A estabilização da dívida pública como proporção do **PIB** exige um superávit primário de 1,5% a 3% do **PIB**, a depender das premissas adotadas.

Pelos números do Tesouro, o total de **tributos** arrecadados subiu 2,06 pontos percentuais do **PIB** em relação a 2023. "A carga federal e

dos municípios são recordes, enquanto a estadual perde somente para o ano de 2021", nota Montero. A da União ficou em 21,4% do **PIB**, a dos Estados, em 8,5% do **PIB** e a dos municípios, em 2,4% do **PIB**. O Tesouro lembra que uma parcela da arrecadação federal é transferida para os governos regionais-no ano passado, por exemplo, as transparências por repartição de receita ficaram em 3,51% do **PIB**.

Montero diz que, com uma carga tributária bruta de 32,3% do **PIB**, o Brasil se aproxima cada vez mais da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), formada em sua grande maioria por países desenvolvidos, do que da média da América Latina. Na OCDE, a média está na casa de 34% do **PIB**, enquanto a latino-americana fica próxima de 22% do **PIB**.

Do aumento de pouco mais de 2 pontos percentuais do **PIB** em 2024, 0,5 ponto do **PIB** ocorreu nos **impostos** sobre renda, lucros e ganhos de capital. Isso reflete especialmente a tributação de fundos exclusivos e offshore, uma medida que faz sentido do ponto de vista de justiça tributária. Além disso, a elevação do volume de arrecadação também foi influenciada pela reoneração de **tributos** federais e estaduais sobre combustíveis, segundo o Tesouro, que destaca ainda "a composição do crescimento econômico no ano, concentrado em serviços, consumo das famílias e importações".

A lógica do arcabouço fiscal exige o crescimento expressivo de receitas, para bancar um aumento anual de despesas entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da **inflação**. É um regime fiscal que não aponta para a estabilização da relação entre a dívida bruta e o **PIB** num horizonte razoável, um dos motivos que mantêm sob pressão os juros reais (descontada a **inflação**) de longo prazo. As taxas dos títulos do Tesouro corrigidos pelo IPCA com vencimento em 2045 e 2050 estão na casa de 7,5% ao ano, um nível elevadíssimo e insustentável no longo prazo. Esses juros também estão pressionados pelos leilões de volumes expressivos de papéis pelo Tesouro, que têm procurado ampliar o seu colchão de liquidez e, com isso, ter uma folga maior de recursos para fazer frente aos vencimentos da dívida pública. O risco fiscal, porém, explica parte significativa do nível das taxas.

A estratégia de fazer o ajuste fiscal pelo lado da receita dá sinais de esgotamento. A carga tributária brasileira é elevada para um país emergente, e há dificuldades para aumentá-la. Isso não quer dizer

que não haja medidas que possam elevar o volume de arrecadação de **impostos** sem introduzir novas distorções na economia. O total dos chamados gastos tributários, por exemplo, está na casa de 7% do **PIB**, numa conta que inclui renúncias fiscais da União e também de Estados. Em 2002, o número era de 23% do **PIB**. Estão nessa conta o Simples Nacional a Zona Franca de Manaus, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e isenções do Imposto de Renda. Analisar a fundo e reduzir parte dessas renúncias levaria um aumento bem vindo da receita. A **reforma tributária** do consumo, aprovada em 2023, deverá com um dos efeitos o fim de uma

parcela desses subsídios.

O caminho para uma melhora estrutural das contas públicas, porém, passa especialmente pelo controle das despesas. Esse é o principal ponto de fragilidade fiscal do país, que faz a maior parte das projeções para a dívida pública mostrar crescimento a perder de vista, partindo de um nível já elevado - em janeiro, o endividamento bruto ficou em 75,3% do **PIB**. Os gastos públicos são altos e crescem a um ritmo significativo.

"A equiparação/superação de picos passados da carga tributária

ocorre desacompanhada dos superávits de outrora", resume Montero. Há limites e dificuldades para elevar mais a carga de **impostos**. É possível ainda engordar a arrecadação com receitas não tributárias, como dividendos e recursos de concessões, mas não se trata de uma trilha sustentável. Enfrentar o crescimento das despesas obrigatórias é algo que precisará ser feito em algum momento, desatrelando aposentadorias e benefícios assistenciais da variação do salário mínimo e desvinculando gastos de educação e saúde da receita. O atual governo não deverá promover essa agenda, que deve ficar para 2027. A estratégia da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é cumprir as metas do arcabouço fiscal o que evita um quadro mais explosivo no curto prazo, mas nem de longe resolve o problema estrutural das contas públicas. Por mais repetitivo que seja, a redução das incertezas fiscais passa pela disposição de diminuir a velocidade de expansão dos gastos obrigatórios. Não há como resolver o nó fiscal sem lidar com esse ponto.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188153?page=1
§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x100
0000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188153?page=1§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x1000000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end)**

Haddad discute transição ecológica e reforma do G20 na França

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, começa nesta segunda-feira uma série de reuniões na França para discutir a transição ecológica e a reforma do G20 (grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana).

Segundo o Ministério da Fazenda, as conversas econômicas estão concentradas nos seguintes eixos:

Haddad pretende apresentar ao governo e a empresários franceses oportunidades de investimento estrangeiro no Brasil trazidas pela **Reforma Tributária**, regulamentada no ano passado e que entrará gradualmente em vigor a partir de 2026.

Os destaques na área ambiental, por sua vez, são o Mecanismo de Financiamento das Florestas Tropicais (TFFF, na sigla em inglês) e a integração do mercado global de créditos de carbono.

Nesta segunda-feira, o ministro participará de uma conferência na universidade Sciences Po, em Paris, sobre uma avaliação dos dez anos do Acordo de Paris. O encontro será moderado pelo filósofo ambiental Pierre Charbonnier e pela economista e negociadora-chefe do acordo, Laurence Tubiana.

Na terça-feira, Haddad terá uma reunião bilateral com o ministro da Fazenda francês, Éric Lombard. Em seguida, terá encontro com empresários franceses e discursará na cerimônia de abertura dos Diálogos Econômicos Brasil-França. Haddad embarca no mesmo dia para o Brasil e chega a Brasília na madrugada de quarta-feira.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/31/haddad-discute-transicao-ecologica-e-reforma-do-g20-na-franca.ghtml>

Mulheres convergem em temas como igualdade e segurança, diz pesquisa

Apesar das diferenças ideológicas, mulheres brasileiras concordam em pautas como igualdade salarial, segurança pública e maior participação feminina na política, aponta a pesquisa Mulheres em Diálogo, do Instituto Update. O estudo, no entanto, revela divisões profundas em temas como feminismo e a influência da religião na política.

O levantamento, realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa IDEIA, ouviu 668 brasileiras com 16 anos ou mais por telefone. A margem de erro é de quatro pontos percentuais, com um nível de confiança de 95%.

"A pesquisa revela consensos entre as mulheres e mostra que há espaço para diálogo, especialmente em áreas como saúde, segurança e igualdade salarial. Muitas vezes, o foco está nas divergências, quando há diversas pautas comuns que podem impulsionar os direitos femininos. Entender essas nuances é o ponto de partida para construir pontes e ampliar o debate. Olhar para consensos e dissensos nos permite criar outras narrativas para avançar nos direitos das mulheres", afirma Carolina Althaller, diretora executiva do Instituto Update.

A pesquisa traz um eleitorado feminino fragmentado: no total, 24% das mulheres se identificam como de direita, 22% como de esquerda e 16% como de centro. Além disso, 19% disseram já ter tido posição política, mas hoje não se identificam com nenhuma corrente, enquanto 7% nunca tiveram um posicionamento definido. Ainda segundo o levantamento, 5% são de centro-esquerda, 4% de centro-direita e 3% não sabem.

A segurança pública se destaca, de longe, como a principal preocupação das brasileiras: 77% apontam a violência como o maior problema do País na atualidade. O receio com a violência é transversal, mas se manifesta com mais força entre mulheres da classe C (85%) e aquelas identificadas com a direita e centro-direita (89%).

Outro consenso é a defesa da igualdade salarial: 94% acreditam que homens e mulheres devem receber o mesmo salário para funções equivalentes. O apoio a essa pauta é ainda mais forte entre jovens, mulheres pretas, com menor escolaridade e pertencentes às classes C e D/E.

A ampliação da participação feminina na política também aparece como uma demanda comum: 72% concordam plenamente que a representatividade de mulheres em cargos eletivos deve aumentar. Além disso, 77% já votaram em uma candidata e 66% afirmam se sentir representadas por mulheres na política.

"Percebemos que essa é uma causa estratégica capaz de unir mulheres de diferentes espectros ideológicos. A concordância com a maior participação de mulheres na política é superior a 60% em todas as categorias de orientação política. 77% das entrevistadas já votaram em uma mulher e 66% se sentem representadas pelas mulheres na política", diz o estudo, assinado pela cientista política Camila Rocha e pela cientista social Esther Solano.

SAÚDE E BEM-ESTAR. O levantamento do Instituto Update, realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa IDEIA, apontou forte adesão a medidas de saúde e bem-estar feminino. A isenção de **impostos** sobre produtos como absorventes e coletores menstruais é defendida por 79% das entrevistadas, enquanto 60% apoiam a licença remunerada para mulheres que enfrentam sintomas graves durante a menstruação. No entanto, algumas mulheres ouvidas pela pesquisa demonstram preocupação de que essa política possa gerar discriminação no mercado de trabalho.

Embora haja consenso em algumas pautas, temas como aborto, feminismo e religião na política ainda dividem o eleitorado feminino. O feminismo, por exemplo, desperta opiniões contrastantes: 48% das entrevistadas se identificam com o movimento, enquanto 43% rejeitam o rótulo. A adesão é maior entre jovens com maior escolaridade, enquanto mulheres mais velhas ou com valores conservadores tendem a refutar a ideia.

A relação entre religião e política segue tendência parecida. Enquanto 53% defendem que valores religiosos devem influenciar decisões políticas, 43% discordam dessa ideia. O apoio à influência religiosa é maior entre evangélicas e católicas praticantes, enquanto mulheres sem religião e católicas menos assíduas tendem a rejeitá-la.

ABORTO. Outro tema controverso é o uso de banheiros femininos por mulheres trans. O levantamento indica que 57% das entrevistadas expressam desconforto com essa possibilidade. Embora a resistência seja mais forte entre as identificadas com a direita, a pesquisa sugere que o tema também gera dúvidas e desconforto entre mulheres de esquerda e centro-esquerda.

A descriminalização do aborto tem rejeição ampla: apenas 16% apoiam a legalização. Aqui, porém, há diferenças importantes no recorte ideológico. Entre as mulheres que se identificam como progressistas, 61% são contrárias à legalização, porcentual que sobe para 82% entre as conservadoras.

Ainda assim, há um ponto de convergência: 72% das entrevistadas, independentemente da posição política, discordam da prisão de mulheres que realizam abortos fora das condições permitidas por lei.

"Isso mostra uma realidade complexa: muitas rejeitam a prática, mas também são contra uma resposta punitivista. Esses dados reforçam a importância de comunicar mais e melhor sobre os impactos da criminalização do aborto. Entender essas nuances pode ser o ponto de partida para construir pontes e ampliar o diálogo, ampliando o debate sobre os direitos reprodutivos, sem gerar rejeição automática de parcelas significativas da sociedade", dizem as pesquisadoras Camila Rocha e Esther Solano.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump significa menos crescimento e mais inflação (Editorial)

A partir desta semana, carros importados começarão a pagar 25% de taxa para entrar nos Estados Unidos, dez vezes o que pagavam antes. Decretadas na semana passada, as tarifas sobre automóveis são o último lance na guerra comercial deflagrada por Donald Trump, cujo desfecho não se vislumbra. O resultado da onda tarifária já está claro. Ela terá dois impactos na economia global: mais **inflação** e menos crescimento. Essa é a conclusão de um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Câmara de Comércio Americana para a União Européia, a que estão filiadas mais de 160 empresas dos Estados Unidos que atuam no bloco, estima que a imposição de tarifas de lado a lado põe em risco US\$ 9,5 trilhões em comércio e investimentos bilaterais.

Trump anunciou em novembro 10% de sobretaxa nas importações da China e, em fevereiro, 25% sobre todas as importações de aço e alumínio. Considerando as duas medidas, a OCDE estimou desaceleração no crescimento mundial de 3,2% em 2024 para 3,1% em 2025 e 3% em 2026. Mas esse é o cenário menos preocupante, em que a Casa Branca continuaria a taxar com gravames adicionais apenas produtos que não fazem parte do acordo comercial dos Estados Unidos, México e Canadá (USMCA). E não considera a última rodada sobre automóveis.

Levando em conta o impacto mais severo das tarifas e retaliações de seus dois maiores parceiros comerciais, o crescimento americano, nas projeções da OCDE, cai de 2,8% em 2024 para 2,2% em 2025 e 1,6% em 2026. A alta no **PIB** canadense retrocede de 1,5% em 2024 para 0,7% em 2025 e 2026. O México, mais atingido, enfrenta recessão de 1,3% neste ano e de 0,6% em 2025 e 2026. O Brasil não escapa da desaceleração: o crescimento cai para 2,1% neste ano e 1,4% no ano que vem.

Nas estimativas da OCDE, a **inflação** segue a tendência de alta visível no Brasil. Nos Estados Unidos, deverá subir de 2,5% no ano passado para 2,8% neste ano (em dezembro, a previsão era de 2,1%). Isso antes de Trump ampliar as tarifas, que aumentam os preços dos importados. A cada 10 pontos percentuais de sobretaxa às importações, a OCDE estima um impacto de 0,7 ponto na **inflação** americana, 0,9 na canadense, 0,3 na europeia e 0,4 na mundial. Para combater tal alta, será inevitável aos

bancos centrais elevar juros, com consequente retração das economias. Não por coincidência agentes econômicos têm falado em recessão.

O estudo da OCDE não deixa de considerar que as tarifas geram receitas ao governo. Porém, consideradas as mudanças como resultado da guerra comercial, tais recursos não serão capazes de equilibrar as contas públicas. As tarifas deverão gerar necessidade de mais **impostos**. Os pesquisadores também avaliaram os efeitos da guerra tarifária no comércio global. A OCDE calculou os reflexos de uma sobretaxa americana de 10% sobre todos os seus parceiros comerciais, considerando que eles retaliariam na mesma proporção. Seria afetado 8,2% do comércio mundial de bens e serviços. Numa palavra, seria um desastre econômico.

Trump tem dito que haverá uma fase dolorosa até os Estados Unidos resgatarem sua grandeza econômica perdida. Afirmou que valerá a pena, ainda que haja recessão. A julgar pela análise sóbria da OCDE, a dor que ele trará para a economia global não será pequena, muito menos passageira.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil e EUA terão mais um contato antes de tarifaço

Assis Moreira De Genebra

O principal negociador comercial de Donald Trump, Jamieson Greer, o chefe do USTR (US Trade Representative), planeja uma conversa telefônica com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, nesta segunda-feira, às vésperas de novo choque tarifário prometido pela Casa Branca sobre produtos do mundo inteiro.

Fonte em Washington lembra que Greer vem conversando com alguns representantes de países que serão visados pela dita reciprocidade tarifária, como já aconteceu com o vice-primeiro ministro chinês He Lifeng, na semana passada.

Para o USTR, o governo Trump "está estabelecendo uma política comercial robusta e revigorada que promove o investimento e a produtividade nacionais, aprimora as vantagens industriais e tecnológicas dos EUA, defende nossa segurança econômica e nacional e beneficia os trabalhadores e as empresas americanas".

Esta será a segunda conversa entre Mauro Vieira e Jamieson Greer, e ocorre também no rastro de visita de missão brasileira a Washington, na semana passada, em contatos na Casa Branca, USTR, Departamento do Comércio, Departamento do Tesouro, Congresso americano e Câmara do Comércio.

A conversa nesta segunda-feira tem seu peso, às vésperas do novo tarifaço de Trump. Mas não se pode esperar nada decisivo, até porque só mesmo Trump vai decidir como será o dito "dia da liberação" de exigência de reciprocidade tarifária.

Os brasileiros sabem como o jogo está funcionando em Washington, com ansiedade que é dos aliados mas também dos próprios assessores trumpianos.

No caso do Brasil, Trump implicou com a tarifa de importação de etanol pelo Brasil e ninguém na capital americana tem força para fazer ele mudar de ideia. A alíquota brasileira é de 18%, enquanto a americana sobre o etanol estrangeiro é de 2,5%.

Não só o Brasil, mas todos os países estão com a mesma dificuldade em relação ao que virá

precisamente da Casa Branca na quarta-feira. A avaliação em geral é de que a reciprocidade pode se tornar uma carnificina na exportação de muitos países.

Nesse cenário, o Itamaraty assim como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) continuam trabalhando sobre o tarifaço da reciprocidade, preparando o terreno porque o mundo não vai acabar na quarta-feira. E continuará tentando restabelecer cotas para aço brasileiro nos EUA.

Sem surpresa, Donald Trump diz tudo e o contrário. Ele já afirmou que consideraria negociar as tarifas "apenas se as pessoas estiverem dispostas a dar algo de grande valor" aos EUA. Depois, sugeriu que as tarifas recíprocas previstas para 2 de abril não irão tão longe quanto ele ameaçou originalmente.

"Talvez eu dê vantagens a muitos países", disse Trump. "Talvez sejamos ainda mais gentis do que isso." Mais tarde, ele reiterou esse possível alívio, prevendo que as pessoas ficarão "agradavelmente surpresas" com as tarifas "um tanto conservadoras", pelas quais ele visa substituição de importações.

O economista Peter Navarro, conhecido pelo anti-comércio e altamente favorável a tarifas, tem o ouvido de Trump. E defende os tarifaços, apesar do impacto econômico no curto prazo.

Para ele, trata-se de momento histórico envolvendo também instrumento fiscal.

Em entrevista à TV Fox News, Navarro disse que o governo vai arrecadar mais de US\$ 100 bilhões somente com as tarifas de 25% nas importações de automóveis e autopeças, anunciadas há alguns dias - e virá muito mais.

"O que vamos esperar na próxima semana [será] para pagar o corte de **impostos**, que será o maior corte de **impostos** da história americana", disse ele. "Serão milhares e milhares de dólares para as famílias de classe média.

Ficaremos melhor porque teremos uma base forte de fabricantes para nos defender. Teremos salários mais altos, teremos milhões de empregos a mais e a vida será boa." A realidade poderá se bem diferente, como suspeita o mercado.

O nacionalismo trumpiano pode causar nova recessão, retaliações, queda do crescimento global, em que todos pagarão.

"Ficaremos melhor.

Teremos uma base forte de fabricantes para nos defender" Peter Navarro

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188153?page=1
§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x100
00000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188153?page=1§ion=1#Intent;action=open_link;launchFlags=0x10000000;component=com.opera.gx/.MainActivity;end)***

Lula volta a Brasília sob expectativas de novas mudanças no seu ministério

Depois de um roteiro de sete dias pela Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou neste domingo a Brasília sob a expectativa de novas mudanças no primeiro escalão do governo.

Aliados apontam que as trocas podem envolver pastas como Secretaria-Geral, Mulheres e Desenvolvimento Agrário. Lula, porém, ainda não estaria ainda totalmente convencido dos postos a serem substituídos e nem dos novos nomes a comporem o governo.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou no sábado que Lula está refletindo sobre as mudanças e que não disse se a **reforma ministerial** está encerrada ou se vai continuar:

- O presidente é que toma a decisão, ele está refletindo, no momento em que ele chega a conclusão ele faz. O presidente não tem prazo nem data de fazer a reforma, ele pode fazer mudança em ministérios, em órgãos, na data que ele achar prudente fazer. Então, ele está refletindo, ele não disse nem que está encerrada, nem que vai continuar, é o convencimento dele - afirmou, ao cumprir agenda em Salvador.

No fim de fevereiro, o presidente trocou a ministra da Saúde, Nísia Trindade, por Alexandre Padilha, então chefe da pasta das Relações Institucionais - cargo que ficou com a deputada Gleisi Hoffmann, ex-presidente do PT.

Lula passou sete dias em roteiro pelo Japão e Vietnã ao lado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); além dos líderes do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), União Brasil, Pedro Lucas (MA), e do PP, doutor Luizinho (RJ). Um grupo de sete ministros também acompanhou o roteiro completo de Lula à Ásia: Alexandre Silveira (Minas e Energia), Carlos Fávaro (Agricultura), Marina Silva (Meio Ambiente), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Silvio Costa Filho (Porto e Aeroportos), Renan Filho (Transportes) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional).

Também estavam com Lula, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que já manifestou ao presidente que não quer integrar o governo depois de deixar o comando do Senado, e Arthur Lira (PP-AL) - o ex-presidente da

Câmara acompanhou apenas o roteiro de Lula no Japão.

O entorno mais próximo de Lula assegura que há expectativa que o presidente finde as trocas nos próximos dias. Esse grupo vê a demora do presidente em definir as alterações atrelada ao movimento de tentar construir uma maioria relativamente tranquila de apoio a Edinho Silva, seu candidato para presidir o PT a partir de julho. Atualmente, a ala majoritária da legenda está rachada quanto ao apoio ao nome de Lula, ao mesmo tempo em que Edinho Silva tenta expandir alianças internas.

Auxiliares do presidente também afirmam que ele está consultando um núcleo muito restrito de assessores sobre trocas. Por não ser claro nos sinais, tem deixado inclusive pessoas próximas na dúvida sobre as mudanças.

Por outro lado, aliados dos ministros Paulo Teixeira e Marcio Macêdo avaliam que os movimentos de Lula indicam que a **reforma ministerial** já acabou e nutrem esperança de que o presidente já tenha encerrado as mudanças no primeiro escalão. Um dos principais argumentos é de que, há um ano da desincompatibilização eleitoral para aqueles que irão concorrer em 2026, os novos ministros teriam apenas 12 meses para criar uma marca no cargo. Por isso, apontam, já passou da hora das mudanças.

Já integrantes do Ministério das Mulheres, comandado por Cida Gonçalves, admitem que o clima interno sugere que uma troca pode ocorrer a qualquer momento.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/31/lula-volta-a-brasilia-sob-expectativas-de-novas-mudancas-no-seu-ministerio.ghtml>

Reajuste para remédios sai hoje

» **RAFAELA GONÇALVES**

A Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) vai anunciar hoje e o percentual do teto do reajuste anual para o preço dos remédios em todo o país. A expectativa do setor farmacêutico é que a alta seja de até 5,06% neste ano, de acordo com os cálculos do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

A entidade, no entanto, projeta uma elevação média de cerca de 3,48% - o que pode ser o menor patamar de aumento desde 2018. O cálculo considera a **inflação** dos últimos 12 meses, além de fatores como a produtividade da indústria farmacêutica e a concorrência de mercado.

A medida passa a valer assim que é publicada no Diário Oficial da União (DOU), o que deve ocorrer nesta segunda.

A partir disso, as farmacêuticas podem ajustar os preços de seus produtos.

A CMED esclarece, ainda, que o percentual fixado não é um aumento automático nos preços, mas, sim, o reajuste do preço máximo permitido dos produtos. O aumento dos preços pode ir apenas até o patamar que for definido pelo órgão, nunca acima. "O objetivo do índice é criar um teto para evitar que os aumentos ultrapassem a **inflação** do período", informou o órgão, em nota.

"Ao mesmo tempo, o cálculo estabelecido na lei busca compensar eventuais perdas do setor farmacêutico devido à **inflação** e aos impactos nos custos de produção, possibilitando a continuidade no fornecimento de medicamentos", explicou a CMED.

Variação.

A variação do reajuste é dividida em três níveis de acordo com a concorrência. Cabe ao fornecedor fixar o preço de cada medicamento colocado à venda, respeitados os limites legais. O aumento também varia conforme os remédios e depende da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos.

No ano passado, o teto do reajuste oficial dos preços dos medicamentos foi de 4,5%, equivalente ao índice de **inflação** do período anterior, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"Em 2024, por exemplo, os medicamentos sujeitos a maior concorrência (Nível 1) apresentaram média geral de desconto de 59,91% pelos fabricantes. Esse desconto pode ser ou não repassado aos consumidores pelas farmácias e drogarias", observou o órgão regulador.

Cálculo Em nota técnica publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o órgão revelou que o Fator Y, um dos componentes para o cálculo do reajuste anual dos preços dos medicamentos no país, será zero para o biênio de 2025/2026.

De acordo com a agência, essa adequação permitirá minimizar o impacto dos custos que não são captados diretamente no cálculo do índice de **inflação** e que possuem impacto relevante sobre a estrutura de custo da indústria farmacêutica. O descumprimento do teto de preços pode levar a punições, conforme as normas da agência reguladora, que recebe denúncias por meio de um formulário digital.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7155/31-03-2025.html?all=1>

Histórico

Reajuste máximo autorizado nos últimos anos

2018	2,84%
2019	4,33%
2020	5,21%
2021	10,08%
2022	10,89%
2023	5,6%
2024	4,5%

Projeção para 2025

Teto: 5,06%
Médio: 3,48%

"Estrangeiro já olha ações mais baratas no Brasil"

CAROLINE ARAGAKI

André Mazini - Trabalhou na área de research do Bradesco e no Opportunity; está no Citi desde 2018 e assumiu o atual posto em outubro de 2024

A percepção de que as ações dos Estados Unidos estão caras enquanto no Brasil os preços estão baixos está atraindo investidores estrangeiros para o mercado local, diz o chefe de Equity Research para a América Latina do Citi, André Mazini, que fez um roadshow em Nova York este mês. "O investidor estrangeiro que foca mais em valor (das empresas, valuation no jargão do mercado) olha para Brasil, aquele que pensa em crescimento econômico foca em México", disse, em entrevista ao Estadão/ Broadcast.

Segundo ele, os investidores estão mais impacientes em relação às incertezas ligadas ao governo do presidente americano, Donald Trump, o que favorece a busca de outros mercados.

A seguir, os principais trechos da entrevista abaixo: Que sinal que o mercado financeiro tem dado ao qual vale a pena ficar atento?

Sinal é aquela informação que tem conteúdo informacional e que vale a pena agir em cima dela. Já ruído é ruído, muda toda hora, não quer dizer nada.

Acho que tem um sinal: o mercado americano parece caro.

No final do ano passado, quando o (presidente Donald) Trump foi eleito, teve um mega rali, e agora já voltou tudo. O preço por lucro (das empresas) está em cerca de 21 vezes. Na série histórica, na grande maioria das vezes em que o múltiplo está acima de 20 vezes, o retorno para os próximos 10 anos é perto de zero. O mercado está começando a ficar impaciente com as incertezas do Trump e olhando para o mercado caro nos EUA. E os investidores estão começando a fazer alguma rotação para outros mercados.

Que mercados?

A Europa está indo bem, finalmente, depois de muito tempo de estagnação. As ações europeias de empresas de defesa estão indo super bem, porque

Trump quer que os países da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) invistam 2% ou mais do **PIB** em defesa.

Acho que também estão começando a olhar para a América Latina.

A Argentina já subiu no ano passado, porque teve uma euforia com o (presidente Javier) Milei.

E acho que Brasil pode se beneficiar deste fluxo. Somos menos afetados por tarifas do que o México. O Itamaraty historicamente sempre foi pacífico em relação aos EUA.

Como o investidor estrangeiro vê hoje o Brasil?

As ações brasileiras ficaram baratas. Então, aquele investidor, fundo, que olha mais para valor (valuation), múltiplo P/L (Preço/Lucro) mais baixo, olha Brasil. E de crescimento, olha para México. Mesmo com a questão das tarifas, ainda há pessoas apostando no México.

Grande parte da incerteza decorrente do governo Trump seria pelas tarifas.

Qual sua visão sobre isso?

O tema de tarifas é até mais importante para o México do que para o Brasil, porque o México tem um setor exportador maior do que o do Brasil: se pegar todas as exportações do México e dividir pelo **PIB**, dá 32% arredondando, no Brasil, dá 16%. Não acho que as tarifas vão ficar altas por muito tempo. Se existirem (altas), serão temporárias, porque tarifas são muito inflacionárias. Trump é uma pessoa negocial, transacional.

"O mercado está começando a ficar impaciente com as incertezas com o Trump e vendo o mercado caro nos EUA. Investidores estão começando a fazer alguma rotação para outros mercados"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Compensação tributária e inflação - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Henrique Meirelles EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

Com a volta do presidente Lula e dos presidentes da Câmara e do Senado da viagem ao Japão e ao Vietnã, o Congresso deve começar a trabalhar no projeto que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais. É fundamental que se aponte uma forma de compensação para essa perda de arrecadação.

Está sendo discutida a taxação de ganhos de quem recebe acima de R\$ 600 mil anuais.

Já relatei minha preocupação com o fato de o modelo do arcabouço fiscal ser mais voltado para a ampliação de receitas do que para o corte de despesas.

Um dos obstáculos do Brasil hoje é a convicção arraigada no mercado de que a dívida pública não vai parar de subir, porque os gastos não são controlados.

Renunciar a receitas sem as devidas compensações tem o mesmo efeito fiscal de ampliar despesas.

A renegociação das dívidas dos Estados e a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores são dois exemplos. Ainda restam dúvidas sobre a efetividade das compensações apresentadas na arrecadação.

No caso do Imposto de Renda, o governo deixará de arrecadar em torno de R\$ 25 bilhões anuais. O Congresso terá de examinar se a taxação de contribuintes que ganham acima de R\$ 600 mil será suficiente; além disso, se houver resistência à medida, o governo terá de encontrar alternativas factíveis.

Além da mudança no IR, o governo vai injetar cerca de R\$ 12 bilhões com a criação do crédito consignado para trabalhadores da iniciativa privada. É uma forma de impulsionar o crescimento do **PIB** num momento em que se espera uma desaceleração. Isso precisa ser calibrado, porque dificulta a tarefa do Banco Central de conter a **inflação**.

No Relatório de Política Monetária, divulgado na semana passada, o BC afirma que terá de fazer um esforço maior para trazer a **inflação** para a meta. O

BC afirma que prevê uma **inflação** de 5,1% este ano e 3,7% em 2026.

A meta é de 3%. A Selic está em 14,25% ao ano. Na última ata, o Copom afirma que a economia está desacelerando, o que favorece a queda da **inflação** e a estabilização da economia. Mas isso depende de não haver ampliação de gastos.

Como já falei nesta coluna, a melhor situação é aquela do primeiro mandato do presidente Lula, quando a política fiscal caminhava na mesma direção da política monetária. Neste caso, o País cresce, como cresceu em média 4% ao ano entre 2003 e 2010.

Hoje, governo e Banco Central estão em trajetórias opostas, o que não favorece o aumento da renda e a geração de empregos.

Como o BC baixar os juros e ser leniente com a **inflação** não é uma solução, a única alternativa é o corte de despesas públicas.

Renunciar a receitas sem as devidas compensações tem o mesmo efeito fiscal de ampliar despesas

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Compensação tributária e **inflação**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em meio a tarifas de Trump, UE defende acordo com Mercosul

GLAUCE CAVALCANTI*

O Acordo UE-Mercosul, assinado em dezembro de 2024 após 25 anos em negociação, vai representar um novo bloco de comércio internacional do porte do que a Europa tem com os Estados Unidos, afirmou ao GLOBO Josef Síkela, representante para parcerias internacionais da Comissão Europeia (braço executivo da União Europeia).

- Na prática, estamos criando um mercado similar em tamanho ao que existe entre Europa e EUA. Então, do meu ponto de vista, é um momento muito importante e uma forte sinalização política -afirmou ele.

Esse novo mercado comum entre UE-Mercosul, que totaliza um **PIB** superior a US\$ 22 trilhões, não é visto pelo executivo da Comissão Europeia como uma alternativa ao mercado americano, mas como uma "expansão" para o comércio internacional do bloco europeu e dos países do Mercosul.

Síkela participou da Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Santiago, capital chilena.

Para o representante da Comissão Europeia, é preciso entender o que a nova política tarifária dos EUA vai trazer.

-No entanto, nós acreditamos mais na remoção de barreiras (comerciais). Então, mais uma vez, acho que um acordo que tira de cena US\$4 bilhões em tarifas é um sinal muito forte -frisou ele.

Mas foi além, explicando que transformações nageopolítica global, resultando de guerras como entre Rússia e Ucrânia, reforçam a necessidade de os países reforçarem o multilateralismo e ampliarem a rede de parceiros comerciais.

- Nós (na Europa) provamos que podemos viver sem o gás russo. Mas o preço que pagamos na economia é uma poderosa lição para todos nós. Uma lição que ensina que é preciso diversificar e investir em nossa autonomia estratégica, além de construir parcerias (comerciais) fortes e resilientes - afirmou Síkela.

*A repórter viajou a convite do BID

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>